

Carta ao Codese-BH, ao Diário do Comércio e ao Minas Tênis Clube

Resposta ao caderno Diretrizes de Futuro para Minas Gerais

Ao Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Belo Horizonte, ao Diário do Comércio e ao Minas Tênis Clube,

Senhoras e senhores,

Agradeço o convite para este diálogo e a contribuição apresentada pelas três instituições. Recebo o caderno como ele se apresenta: uma construção apartidária da sociedade civil, que oferece prioridades e propõe cooperação. Participar deste encontro não significa pedir adesão à minha candidatura. Significa apresentar respostas e aceitar que sejam acompanhadas e cobradas.

O Plano de Governo que apresento com Maria Helena de Quadros Lopes parte de uma convicção: política pública precisa aparecer na vida real. Desenvolvimento é a criança que aprende, a família que encontra atendimento e o trabalhador que chega ao emprego com segurança. É também o empreendedor que consegue produzir com regras previsíveis e a região que transforma conhecimento em oportunidades.

Há convergências importantes entre nosso plano e o caderno. Há também propostas novas, cuja incorporação exige avaliação. Por respeito às instituições, esta carta não representa adesão automática a cada desenho administrativo ou meta quantitativa. Ela identifica compromissos já assumidos e explicita as condições para examinar os demais. Os horizontes de 2040 e 2050 devem orientar a continuidade das políticas, sem serem confundidos com promessas de conclusão durante os quatro exercícios de 2027 a 2030.

1. A responsabilidade real do governador

Cabe ao governador dirigir a administração estadual e apresentar à Assembleia Legislativa as propostas de orçamento e planejamento. Também lhe cabe organizar a execução dos serviços estaduais e responder pelas escolhas de sua gestão. Isso exige equipes competentes, fiscalização de contratos e prioridades financiáveis. Criar uma secretaria ou destinar recursos não é, por si só, demonstrar que um problema foi resolvido.

O governador também precisa coordenar soluções que ultrapassam um município. A organização metropolitana deve compartilhar responsabilidades, respeitar a autonomia municipal e permitir participação social. Não transforma prefeitos em subordinados. Na mesma linha, a cooperação com a União não autoriza o governo estadual a prometer decisões que pertencem a autoridades federais. Reconhecer esse limite não é uma desculpa para a omissão: é definir quem deve agir e construir o caminho para que aja.

Nosso plano propõe Governos Regionais formados pela reorganização de estruturas existentes, sem criar novos cargos, além do fortalecimento dos consórcios intermunicipais. Essa presença territorial deve apoiar os municípios com menor capacidade técnica e conectar demandas locais às decisões estaduais. A descentralização será medida pela capacidade de resolver problemas, não pela quantidade de repartições.

2. Resposta ao Codese-BH

Eixo 1. Desenvolvimento Econômico e Ambiente de Negócios | Diretrizes 1 a 5

Concordo com a integração dos procedimentos de abertura e funcionamento de empresas. A resposta estadual deve combinar simplificação de suas próprias exigências com cooperação digital entre os entes. O balcão único metropolitano será examinado como integração do atendimento existente, não como mais uma porta que o empreendedor precise atravessar. A convergência de procedimentos municipais será pactuada, respeitando as competências locais. É assim que acolho a Diretriz 1.

As Diretrizes 2, 3 e 4 encontram correspondência na estratégia regional do nosso plano: aproximar pesquisa e produção, identificar vocações e fortalecer cadeias produtivas. A atração de grandes investimentos deve incluir fornecedores locais e formação de pessoas. Empresas que já produzem aqui também precisam participar dessa estratégia. A integração metropolitana deve criar complementaridade, em vez de estimular disputas por benefícios sem retorno público. A estratégia econômica será articulada ao planejamento territorial, sem substituir as decisões municipais sobre seus planos diretores.

Para a Diretriz 5, proponho aproximar os pequenos negócios dos instrumentos de capacitação e inovação, inclusive do programa da Fapemig voltado às empresas de base tecnológica. As sugestões de crédito específico e requalificação de centralidades comerciais serão avaliadas com os municípios e as instituições financeiras. Não confundirei crédito com subsídio: cada instrumento precisará demonstrar seu custo e sua finalidade. Benefícios estaduais terão acompanhamento de contrapartidas, custo, objetivo e resultado.

Eixo 2. Mobilidade, Infraestrutura e Desenvolvimento Metropolitano | Diretrizes 6 a 9

Acolho a proposta de governança metropolitana da mobilidade, com participação da Agência RMBH e dos municípios. Nosso plano prevê integração física e por bilhetagem, acompanhada de estudos sobre a recuperação do transporte coletivo. A integração tarifária deve ser viabilizada com definição de custos, fontes de financiamento e responsabilidades. Não basta anunciar uma tarifa sem explicar quem sustenta o serviço. O resultado desejado é menos tempo perdido e mais acesso a oportunidades.

Sobre o metrô, a resposta às Diretrizes 6 e 7 será acompanhar os compromissos contratuais das Linhas 1 e 2 e atuar, dentro das atribuições estaduais, para superar entraves. As Linhas 3 e 4 devem avançar em estudos de demanda e viabilidade, sem transformar estudo em promessa de obra contratada. Esses projetos específicos são apresentados pelo caderno; sua priorização deve passar pela carteira técnica de infraestrutura.

Quanto à Diretriz 8, registro a ressalva do próprio Codese-BH: reconhecer a importância de uma solução para os fluxos metropolitanos não equivale a defender um traçado específico do Rodoanel. A análise deve considerar alternativas e impactos, ouvir as comunidades atingidas e preservar o rigor do licenciamento. O mesmo planejamento deve enfrentar os gargalos do Anel Rodoviário, com responsabilidades definidas para cada intervenção. Não ofereço aprovação ambiental por decisão política.

A Diretriz 9 converge com a descarbonização de frotas e compras prevista no plano. A transição precisa considerar o custo total da operação, a infraestrutura de recarga e a manutenção. Acessibilidade e conexões para bicicletas e pedestres devem integrar os projetos, em pactuação com os municípios. A inovação só terá sentido se tornar o deslocamento mais seguro e o transporte mais confiável.

Eixo 3. Desenvolvimento Social e Inclusão | Diretrizes 10 a 13

As Diretrizes 10 e 13 convergem com o Mapa Estadual de Desproteções e com a integração do acompanhamento das famílias previstos no plano. A proposta utiliza o Cadastro Único como base para localizar quem não acessa seus direitos, em vez de criar um cadastro concorrente. O compartilhamento deve proteger dados pessoais e permitir que as equipes ofereçam continuidade ao atendimento.

Para as Diretrizes 11 e 12, defendo uma resposta que articule acolhimento, assistência social, habitação, qualificação e saúde. A população em situação de rua não pode ser deslocada de uma cidade para outra como se o problema desaparecesse. A proposta de uma rede metropolitana específica de acolhimento e moradia merece detalhamento conjunto, pois não está desenhada nesses termos no nosso plano.

Nosso programa oferece instrumentos para essa construção: apoio técnico às equipes municipais, atenção regionalizada à saúde mental e proteção especial onde faltam serviços. Na habitação, prevê a ampliação do Minas Reurb com infraestrutura e urbanização. Reconheço o limite desse instrumento: regularizar uma ocupação não substitui oferecer uma solução a quem não tem onde morar. As modalidades habitacionais adicionais precisarão de financiamento e pactuação próprios.

Eixo 4. Educação e Capital Humano | Diretrizes 14 a 16

A cooperação entre as redes deve acompanhar a trajetória do estudante. O Estado atua prioritariamente no ensino fundamental e médio, em regime de colaboração. Não pode ignorar as dificuldades anteriores nem assumir que a matrícula garante aprendizagem. Para as Diretrizes 14 e 15, nosso compromisso é identificar defasagens cedo, modernizar o Simave e orientar o apoio pedagógico pelos resultados de cada escola.

Vamos realizar concursos regulares e reduzir a dependência dos contratos temporários. A formação continuada estará conectada à prática e será reconhecida na carreira, com planejamento orçamentário. A articulação com UEMG e Unimontes preservará a autonomia universitária. Também serão prioridades a educação inclusiva e a proteção da rotina escolar. O Estado continuará responsável pelos prédios de sua rede. A atualização pedagógica deve contemplar competências digitais e socioemocionais, sem abandonar o domínio da escrita, da leitura e da matemática.

Acolho a Diretriz 16 sobre a conexão da educação profissional com a economia regional. Essa conexão não deve reduzir a escola a treinamento para uma vaga imediata. O ensino médio precisa permitir tanto a continuidade dos estudos quanto a inserção no trabalho. A oferta de cursos deve considerar demanda efetiva e acompanhar conclusão, ocupação e renda, sem tratar a formação técnica como único caminho.

Eixo 5. Inovação, Tecnologia e Nova Economia | Diretrizes 17 a 19

Nosso plano responde às Diretrizes 17 e 19 com a consolidação dos distritos de inovação e das residências tecnológicas, o fortalecimento da Fapemig e a aproximação entre as universidades e o setor produtivo. Quero transformar problemas apresentados pelas regiões em pesquisa aplicada e soluções testadas. Os ambientes de inovação não devem funcionar como estruturas isoladas da economia real.

Para a Diretriz 18, a ampliação da conectividade exige coordenação com as operadoras e respeito à regulação federal. O Estado deve priorizar seus equipamentos públicos e examinar arranjos para os territórios menos atendidos. A utilização de infraestrutura existente dependerá de verificar sua disponibilidade jurídica e técnica. Conectividade será tratada como condição de acesso, acompanhada de formação para seu uso.

3. Resposta ao Diário do Comércio e aos Parceiros do Futuro

Missão 1. Hub Global de Tecnologia e Inovação

Desafio 1. Cadeias minerais. Nossa Política Estadual de Minerais Críticos e Terras Raras prevê agregação de valor e formação de fornecedores. Atração industrial e pesquisa aplicada devem ser articuladas, sem supor que a presença de minério garante competitividade. Autorizações de pesquisa e lavra permanecem no âmbito federal.

Desafio 2. Escala e talentos digitais. A Fapemig e a formação vinculada às vocações regionais são instrumentos já previstos no plano. A sugestão de um fundo de investimento com participação privada será examinada, não automaticamente adotada. Seu desenho exige gestão profissional e limites claros para o risco público.

Desafio 3. Financiamento e desconcentração da ciência. Defendo o cumprimento da vinculação constitucional da Fapemig, cujo mínimo de 1% possui base de cálculo e repasses mensais já definidos na Constituição estadual. A interiorização será construída a partir das capacidades existentes. Dez novos polos de pesquisa e desenvolvimento equivalentes a 2,5% do PIB são metas propostas pelo caderno, não entregas que eu possa garantir sozinho.

Desafio 4. Infraestrutura computacional verde. Examinarei a atração de centros de dados e o acesso à computação de alto desempenho considerando benefício regional, consumo de água e energia, custo fiscal e demanda. O centro estadual e o regime especial sugeridos não são compromissos previamente assumidos no nosso plano. Sua avaliação deverá comparar também alternativas compartilhadas, sem flexibilização ambiental automática.

Desafio 5. Setores estratégicos. Concorro em utilizar a capacidade analítica da Fundação João Pinheiro para orientar prioridades. Estudos de encadeamento produtivo devem ajudar a selecionar intervenções e acompanhar seus resultados. Não podem transformar previsões em justificativa permanente para privilégios.

Missão 2. Economia Verde, Circular e Transição Energética

Desafio 1. Recursos hídricos e hidrovias. Apoio a defesa de uma remuneração justa pela conservação dos mananciais. É necessário distinguir cobrança pelo uso da água, compensação pela geração hidrelétrica e pagamento por serviços ambientais. Rever a CFURH e instituir cobrança sobre águas de domínio federal não depende apenas do governador. Não prometerei cobrar de outro estado simplesmente porque um rio nasce em Minas Gerais. O estudo hidroviário do São Francisco será tratado como proposta a avaliar com as autoridades competentes e sob critérios ambientais e econômicos.

Desafio 2. Ativos ambientais e capacidade institucional. O compromisso já firmado é fortalecer o Sisema. A agência de ativos ambientais e os fundos sugeridos exigem demonstrar que acrescentam capacidade sem duplicar funções. Instrumentos de remuneração ambiental devem proteger as comunidades e comprovar resultados. Sua articulação com o mercado de carbono precisa observar o marco federal, sem presumir equivalência automática entre créditos de naturezas distintas.

Desafio 3. Rejeitos e descarbonização industrial. A pesquisa aplicada ao aproveitamento de resíduos minerais já integra o plano. Apoio desenvolver soluções para a mineração e a siderurgia de baixo carbono, com cooperação científica e empresarial. Nenhum aproveitamento econômico dispensa cumprimento das obrigações ambientais nem segurança das estruturas. Na energia, o plano prevê articular planejamento e fomento a biodiesel, biogás, energia eólica e energia solar, com a capacidade institucional da Cemig e os instrumentos do BDMG.

Desafio 4. Lixões e catadores. Nosso Lixão Zero combina consórcios, estruturação de projetos e inclusão produtiva. O Bolsa Reciclagem terá previsibilidade e apoio às cooperativas. A meta proposta de encerramento integral até 2030 exige pactuar soluções de cada território, com destinação adequada e sustentação financeira. Não basta fechar uma área e transferir o descarte irregular para outra.

Desafio 5. Bioeconomia regenerativa. Acolho a conexão entre conservação e desenvolvimento produtivo. A Emater-MG, a Epamig e a Fapemig podem apoiar soluções adaptadas às regiões. As novas linhas de crédito e os mecanismos de remuneração sugeridos serão examinados com critérios de custo e resultado, sem contabilizar como receita pública um potencial ainda não realizado.

Missão 3. Potência Agropecuária e Agroindustrial

Desafio 1. Qualificação e sucessão rural. O fortalecimento da assistência técnica e da pesquisa deve chegar às famílias produtoras. A proposta de trilhas de formação converge com essa orientação. O crédito de entrada para jovens e a meta de 100 mil pessoas até 2040 precisam de desenho específico, sem confundir certificados emitidos com aumento da capacidade de gestão das propriedades.

Desafio 2. Clima e solo. Nosso plano prevê pesquisa em adaptação climática e regularização ambiental. Apoio conectar essas ações à recuperação produtiva das pastagens e ao planejamento hídrico. A subvenção estadual ao seguro climático é uma proposta adicional a avaliar, com dimensionamento do público e do custo recorrente.

Desafio 3. Tecnologia e conectividade rural. A assistência técnica deve apoiar a adoção de ferramentas que resolvam problemas concretos da produção. A ampliação da cobertura exige acordos com as operadoras e avaliação da infraestrutura disponível. A meta de cobertura integral em 2035 não pode ser apresentada como decisão unilateral do Executivo estadual.

Desafio 4. Agregação de valor e regras sanitárias. Vamos fortalecer o IMA e aproximar a pesquisa das pequenas agroindústrias. A integração dos serviços de inspeção e a abertura de mercados devem ser construídas com o Ministério da Agricultura e os municípios. Simplificar significa eliminar duplicidades, preservando a segurança dos alimentos e a rastreabilidade.

Desafio 5. Estradas vicinais e energia. O apoio estadual às vias municipais será pactuado, com prioridade definida tecnicamente. Para a energia rural, defenderei investimentos e acompanhamento da duração e da frequência das interrupções. A Aneel permanece a referência regulatória nacional; a Arsae-MG poderá atuar complementarmente nos limites da cooperação prevista em lei. Não confundirei a condição de acionista da Cemig com poder para afastar regras federais.

Missão 4. Estado Desburocratizado e Ambiente de Negócios

Desafio 1. Janela única. Apoio examinar a integração estadual e municipal dos procedimentos, aproveitando sistemas existentes. O prazo de abertura de uma empresa precisa ser distinguido dos prazos das licenças exigidas para atividades de maior risco. A administração deve dar previsibilidade sem anunciar que qualquer empreendimento pode operar em 24 horas.

Desafio 2. Licenciamento e outorgas. Vamos recompor as equipes do Sisema e organizar os instrumentos de gestão para reduzir sobreposições. A proposta de processos digitais e prazos publicados converge com esse compromisso. Cumprir prazo não significa conceder autorização sem os estudos necessários nem retirar a independência da análise técnica.

Desafio 3. Travessia tributária. Nosso plano prevê estudar os efeitos da reforma sobre a Lei Robin Hood e preservar previsibilidade para os municípios. Examinarei a revisão da substituição tributária e a redução das obrigações repetidas, com análise dos impactos arrecadatórios. Não assumo sua extinção geral antecipada: a transição precisa respeitar o regime nacional do IBS e preservar os serviços públicos.

Desafio 4. Investimento privado em infraestrutura. O Portfólio Estadual de Projetos Executivos dará continuidade à preparação técnica. Concessões e parcerias serão avaliadas pelo custo para a sociedade e pelo serviço entregue. A meta de doze ativos modelados por ciclo é uma proposta a dimensionar, não justificativa para aprovar projetos imaturos ou garantias que o orçamento não possa suportar.

Desafio 5. Dados e resultados. Há convergência com a unificação de indicadores e o Portal Único de Transparência Radical. Importa conhecer investimentos realizados e sobrevivência empresarial, não apenas anúncios e registros de abertura. A avaliação independente deverá ajudar a distinguir atividade administrativa de resultado público.

Missão 5. Identidade Mineira, Turismo e Infraestrutura

Desafio 1. Valor e permanência no turismo. Nosso plano prevê circuitos regionais e profissionalização da gestão turística, com destaque para as estâncias hidrominerais. Produtos permanentes devem ampliar a experiência do visitante e a renda local, sem reduzir a cultura a cenário. A ampliação de gasto e permanência será acompanhada como resultado, não garantida por decreto.

Desafio 2. Malha rodoviária. Vamos adotar manutenção por desempenho e diagnóstico anual do passivo de infraestrutura. A priorização combinará risco e relevância regional. As metas de pavimentação e qualidade para 2035 e 2040 deverão ser desdobradas em etapas financiáveis, com engenharia e fiscalização, e sem abandono da conservação cotidiana.

Desafio 3. Ferrovias. A agenda ferroviária é central no nosso programa. Vamos estruturar projetos e negociar retorno territorial nas concessões federais. A ligação com a Bahia, os trechos ociosos e o Contorno Ferroviário de Belo Horizonte devem integrar essa discussão com a ANTT e o Ministério dos Transportes. O compromisso do mandato é preparar projetos e iniciar a execução dos que estiverem maduros, sem prometer que toda a rede estará reconstruída em quatro anos.

Desafio 4. Conectividade aérea e intermodalidade. A proposta de qualificar aeródromos e integrar modais será examinada segundo a carteira de projetos. Novas rotas dependem de decisões empresariais e das autoridades federais. Garantias de demanda exigem demonstrar o risco para o Tesouro. Não prometerei o número de voos sem um modelo capaz de sustentá-los.

Desafio 5. Convergência regional. Os Governos Regionais e a atuação territorial da Fundação João Pinheiro oferecem base para acompanhar desigualdades. O fundo sugerido será avaliado quanto à necessidade de nova estrutura e à disponibilidade das receitas. Qualquer vinculação deverá verificar os compromissos já incidentes sobre esses recursos, inclusive os relacionados à dívida, para não prometer o mesmo dinheiro a finalidades incompatíveis.

4. Resposta ao Minas Tênis Clube

Recebo a disposição do Minas Tênis Clube para contribuir com cultura, educação, esporte e lazer. Sua proposta pede uma resposta específica: a criação de uma Secretaria Esportiva. Não a substituirei por um agradecimento genérico à importância do esporte.

Concordo com o objetivo de fortalecer a capacidade estadual nessa área. A criação de uma secretaria específica, entretanto, ainda não é um compromisso do nosso plano. Minha disposição é examinar a reorganização com o setor, comparando alternativas e identificando responsabilidades. Uma nova pasta, se tecnicamente justificada, dependerá de demonstração de viabilidade fiscal e proposta legislativa. O critério será ampliar a entrega à população, não apenas o organograma.

Os compromissos programáticos já estão definidos: consolidar os Jogos Escolares de Minas Gerais e democratizar e interiorizar a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte. Quero ampliar o acesso das escolas com menor estrutura e priorizar projetos comunitários e educacionais, com equipamentos em funcionamento continuado. A identificação de talentos deve caminhar junto com a permanência escolar.

O alto rendimento também pode integrar a política pública, respeitando a prioridade constitucional do esporte educacional e a autonomia das entidades. A experiência do Clube na formação de atletas e no projeto Escola de Esportes oferece oportunidade de cooperação. Eventuais parcerias deverão definir público atendido e resultados verificáveis, com critérios públicos e sem exclusividade indevida. Nos projetos financiados com recursos públicos, o acesso de crianças de famílias com menor renda não pode depender de serem associadas a um clube.

Na cultura, nosso plano prevê o Mapa Estadual da Cultura e a circulação regional, além do fortalecimento do patrimônio e das instituições de memória. A contribuição dos equipamentos culturais do Clube pode ser discutida nessa rede, aproximando estudantes da produção artística. A educação socioambiental apresentada pelo caderno também dialoga com a formação escolar e a proteção dos recursos naturais.

O lazer será considerado nessa integração, com acessibilidade e atenção a quem encontra maiores barreiras de participação. Não quero que o esporte apareça apenas na fotografia de uma competição. Quero que faça parte da vida cotidiana e ofereça oportunidades duradouras.

5. Da contribuição recebida ao compromisso verificável

Para que essa agenda avance, cada iniciativa selecionada deverá explicitar competência, custo, fonte de financiamento, indicador, prazo e responsável. A preparação técnica precisa anteceder a contratação. As metas de longo prazo serão convertidas em etapas anuais nos instrumentos de orçamento e planejamento, com identificação do que depende do Estado e do que exige pacto com parceiros.

O financiamento deverá distinguir recursos orçamentários de crédito e de investimento privado. Benefícios fiscais representam custo público. Receitas extraordinárias não devem sustentar despesas permanentes. Reorganizar equipes sem novos cargos tampouco elimina despesas de operação. Nosso compromisso fiscal é rever o que não entrega resultado para preservar a capacidade de cuidar das pessoas.

Propomos a Comissão Independente de Avaliação e Resultados de Minas Gerais, instituída por lei e com autonomia técnica. Ela poderá concluir que uma política do meu governo não funciona. As conclusões serão públicas e o Executivo deverá responder, explicando suas decisões. Avaliar não substitui governar; obriga quem governa a enfrentar as evidências.

O Codese-BH, o Diário do Comércio e o Minas Tênis Clube terão espaço no diálogo, ao lado de outras organizações e dos cidadãos. A participação não será uma reunião de campanha que termina com a eleição. Defendo uma relação contínua, com publicidade dos encaminhamentos e prestação de contas, preservando a independência das instituições.

Agradeço a contribuição e reafirmo minha disposição de construir soluções sem prometer o que não depende apenas de mim, reconhecer o que funciona e corrigir o que não entrega resultado. Minas Gerais precisa de desenvolvimento que alcance seus territórios e de um governo que transforme planejamento em melhoria concreta de vida.

Atenciosamente,

Gabriel Azevedo

Candidato a governador de Minas Gerais pelo MDB